

O LIBERAL

Belém/PA

12.04.84

4468 **À sombra**

24

No ciclo de debates sobre agrotóxicos, encerrado ontem, uma ausência lamentável: o governo federal. Convidada, a Eletronorte não compareceu, nem deu explicação. Simplesmente ignorou o evento. No entanto, após tantas denúncias e considerações apresentadas por dezenas de pessoas, está faltando o elo básico da cadeia: a prova dos nove. Ela só surgirá depois que uma operação "pente-fino" apurar que veneno resta na área do reservatório de Tucuruí, ou se há veneno realmente. Tarefa de que se deveria desincumbir ninguém menos que o governo, diletante e insensível ausente.

É possível que os agentes governamentais tenham evitado o debate com receio de ouvir ataques políticos ou até mesmo manipulações ideológicas. Mas este é um risco bem menos desabonador do que a simples fuga: a efervescência vivida pela nação dá a tudo um toque político, inevitável e bem-vindo se dosado com conhecimento de causa. É uma reação natural à abstinência compulsória de anos. E nada mais político do que a administração pública, uma ininterrupta sucessão de momentos decisórios (opinar é o mais puro ato político).

O debate sobre os agrotóxicos tem sido entremeado de exageros, precipitações e desinformações. Mas tudo isso porque chegar à verdade tem sido um parto difícil, que requer o uso de fórceps, como bem lembrou o secretário de Agricultura. João Batista Bastos: a criatura sai do útero com sofrimento e apresentando sinais do ferro. Melhor seria se o nascimento da verdade fosse natural, produto de uma ação comum de denunciados, denunciantes e autoridades. Mas os primeiros protegem-se, o que é compreensível, sob a omissão dos últimos, o que é inaceitável. Sofrem criatura e criador essa delivrance forçada.

Até que se faça uma rigorosa busca em toda a área a ser inundada, permanecerão sempre as dúvidas e inquietações. São fatos inquestionáveis: que a Capemi comprou imunizantes químicos; que fez experimentos, utilizando produtos químicos, para a extração de madeira; que derrubou muito menos madeira do que pensava e mais produtos químicos do que era necessário; que gerenciou irresponsavelmente todo o Projeto Tucuruí, a ela transferido (quase como conto do vigário) pelo Ministério da Agricultura; que havia um estoque desses produtos por ocasião da falência da empresa, e que ex-empregados e credores se apossaram de parte desses estoques como garantia de seus direitos, enquanto o restante ficou na mata.

São dúvidas: a existência de uma grande quantidade de tais produtos; a aplicação excessiva e irregular de herbicidas na floresta; o abandono de tambores cheios; a presença, no estoque, do pentaclorofenol, cuja ameaça consiste em sua dissolubilidade em água; que esse remanescente pode envenenar a água e, por via dela, animais e pessoas em todo o vale do Baixo Tocantins.

Há, ainda, questões controversas e explosivas. O médico Antônio Leite, por

exemplo, garantiu que se um tambor de pentaclorofenol for atingido pelo fogo (e as queimadas são sempre uma eventualidade na região), com a alta temperatura — acima de 300 graus centígrados — o produto químico transforma-se em dioxina pura. Seriam produzidos nada menos do que 10 quilos de dioxina, "quantidade suficiente para provocar a morte de 14 bilhões de pessoas", disse ele (a população mundial ainda não chegou a 5 bilhões de habitantes).

Diante de um reparo feito pelo professor Joelzio Bahia, para quem a revelação era uma novidade desconcertante, o dr. Leite citou como base de sua informação uma revista alemã, que prometeu apresentar. Mas, até prova em contrário, a razão parece estar do lado do professor Bahia: uma temperatura tão alta provocaria a decomposição do pentaclorofenol em gás carbônico, ao invés de transformá-lo em dioxina pura. O pentaclorofenol é um composto orgânico e, sob a ação do fogo, é improvável que entre em trasmutação.

O professor Bahia lembrou que a Capemi queimara 30 mil metros cúbicos de madeira já imunizada sem que resultasse disso nada comparável ao que estava sendo anunciado. Apenas o teor de gás carbônico aumentara na atmosfera.

Até comprovação em sentido contrário, assim, o crime mais impressionante praticado pela Capemi consiste: primeiro, em queimar madeira que extraída da floresta, foi abandonada no pátio, apodreceu e teve que ser queimada; segundo, a má aplicação de imunizantes químicos, incapaz de impedir o apodrecimento da madeira. Tudo isso significa desperdício ecológico e dilapidação de dinheiro. Enquanto não se apura devidamente a questão dos agrotóxicos, este é o crime maior da Capemi, ainda impune.

Diante de uma história tão escabrosa como essa do Projeto Tucuruí, a sociedade tem todos os motivos para encarar com prevenção tudo o que se relaciona à empresa e outros empreendimentos desse tipo. Mas não pode, tendo sob a mira alvo tão nefasto, atropelar o bom senso e os fatos. Há muita coisa escondida ou sonegada do conhecimento público, mas a teoria conspirativa da história nunca serviu de bom método heurístico.

Com coragem, mas sem perder uma serena lucidez, o engenheiro Pedro Martorano ajudou a repor o debate ao eixo certo: o de que primeiro é preciso juntar fatos antes de construir, com eles, uma teoria ou deduzir uma interpretação. A edificação acabada que alguns erigiram pode desabar por falta de uma base sólida.

Martorano, que trabalhou como engenheiro-florestal no Projeto Tucuruí, defendeu-se — e aos outros técnicos — da acusação de terem sido passivos cumpridores de determinações criminosas. Ele afirmou que as experiências com o abate de castanheiras eram sérias. Irresponsável era a gerência e coordenação do projeto. Por isso, não eliminou a hipótese de crime, como ninguém pode eliminar. Nem os que têm condições para isso, mas se escondem à sombra de uma boa desculpa.